

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): um Enfoque na Perspectiva Democrática de Alain Touraine

Maísa Gomide Teixeira¹; Agnaldo Keiti Higuchi²; Eliza Emília Bernardo Rocha³; Francisco Giovanni David Vieira⁴

¹ Mestre em Administração. Universidade Estadual de Maringá. E-mail: 85maisatx@gmail.com

² Mestre em Administração. Universidade Estadual de Maringá. E-mail: agnson@ibest.com.br

³ Dra. em Economia pela UNICAMP[†]

⁴ Professor do Departamento de Administração - Universidade Estadual de Maringá. Dr. em Ciências Sociais pela PUC-SP. E-mail: fgdvieira@uem.br

Resumo

O pequeno produtor inserido num contexto de concentração fundiária e de renda situa-se em uma situação desfavorável em virtude da utilização crescente de tecnologia moderna na atividade agrícola e da sua exclusão dos processos de agregação de valor realizados nas agroindústrias. Foram diversas as políticas que visaram conter esta condição que se colocava na agricultura. O presente estudo procura analisar o impacto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em seu público. A perspectiva democrática de Alain Touraine (1996) que considera a participação das pessoas o pressuposto da sua autonomia política fundamenta a análise. O estudo realizou-se nas propriedades familiares produtoras de uva fina de mesa da cidade de Marialva-PR através de entrevistas dirigidas a dois técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), e junto a uma amostra de agricultores familiares da Comunidade do Iti. Os dados coletados levam a inferir que o Pronaf, fomentando o associativismo, contribuiu para atenuar as condições desfavoráveis que se apresentavam. Isto foi demonstrado quando apresentados fatos que denotam a aquisição da consciência de sujeito quando os agricultores familiares manifestaram-se na formulação de reivindicações que os favoreciam.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Pronaf; democracia; associativismo; Touraine

The National Agriculture Farming Program (Pronaf): An Approach from the Democratic Perspective of Alain Touraine

Abstract

The small farmer situated in a land and income concentration context sees himself in an unfavorable situation on account of both the crescent utilization of modern technology and the exclusion from the value added processes held in the agribusiness factories. Many policies were created to contend this condition. The present study intends to analyze the impact of the Family Farm Enhancing National Program (PRONAF) on the family farms. The democratic perspective of Alain Touraine (1996) supports the analysis. The interviews were conducted to a sample of family farming properties, grape producers, representing a local community in the rural area of Marialva in the state of Paraná. Two agronomists from the rural extension service also were interviewed for this study. The data collected makes possible the inference that the Pronaf, by instigating the association of members from the community, contributed to attenuate the unpleasant conditions they faced. This was demonstrated when facts that denote the acquisition of conscience from the agents were

presented, specifically when the family farmers expressed themselves in the formulation of demands of their interest.

Key words: Family farm; Pronaf; democracy; association.

1. Introdução

No Brasil, a evolução da representatividade do setor agrícola na economia é um fato largamente disseminado. Os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2005) indicam que o PIB do agronegócio responde por 32% do PIB ou renda nacional e apontam que, para cada emprego gerado no campo, têm-se três empregos na cidade. Esses números demonstram que a agropecuária ainda é importante para geração de emprego e renda e, conseqüentemente, tem impacto significativo nas questões sociais, tendo em vista a relação intrínseca das condições estruturais urbanas com as que se observam no meio rural.

A agricultura é destacada em Silva (1982) por sua contribuição no abastecimento de matérias-primas e alimentos. Entretanto, com base em Paiva (1976), defende-se a necessidade da ampliação das suas responsabilidades visando ao atendimento da demanda de produtos a menores preços reais para os consumidores, o aumento de renda para os produtores agrícolas e as melhores condições de salários e de vida para os trabalhadores rurais. Conforme esse autor, a contemplação dessas atribuições pela agricultura estaria condicionada ao desempenho eficaz de seu papel mediante a modernização. No entanto, com relação a pressuposições como essa, é vasta a literatura que discorre suas críticas ao processo de modernização que se sucedeu nos países da América Latina e ao seu significado para a população rural.

Esses argumentos remontam ao período que se iniciou na década de 1960, caracterizado pela aplicação de modelos produtivistas de intervenção planejada denominada Revolução Verde. Essa fase de estruturação do meio rural brasileiro foi marcada pelo acionamento de instrumental encabeçado pelo crédito rural subsidiado e a utilização dos programas de pesquisa agrônômica e extensão rural, estes últimos, executados principalmente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Os objetivos priorizados nestes modelos foram os de elevação da produção e da produtividade com vistas à promoção do crescimento da oferta agropecuária, bem como à normalidade do abastecimento doméstico. Ademais, mediante a incorporação de tecnologias agro-químicas e mecânicas, objetivaram-se a expansão e a diversificação das exportações e, não obstante, implicadas com a realização dessas metas, apresentavam-se os desafios da modernização da base técnica, do fortalecimento da agroindústria e da expansão da fronteira agrícola (BUAINAIN, 1997).

Embora destacando a política de crédito rural adotada após a década de 1960, para reinserir a agricultura num processo de expansão, Oliveira e Teixeira (2004) comentam, contudo, que a sua eficácia ficou comprometida, pois possibilitou o acesso desigual aos agricultores, beneficiando a agricultura comercial e favorecendo a descapitalização e o atraso tecnológico dos agricultores familiares. Existia apenas um sistema de oferecimento de crédito para atender indiscriminadamente os produtores, e neste sistema os grandes produtores, as regiões Sul e Sudeste e alguns produtos retinham a maior parcela do crédito disponibilizado. Em Castro e Teixeira (2005), demonstra-se que, durante a década de 1970, os subsídios de crédito rural aumentaram a concentração de renda e da propriedade territorial no setor agrícola e, por conseguinte, as críticas recebidas neste período por sua ineficiência distributiva e alocativa seriam justificadas.

Esse período, compreendido entre as décadas de 1960 e 1970, durante o qual um conjunto de instrumentos políticos foi acionado para modernizar o setor, resultou em grandes

alterações na forma de produzir e nas relações do setor agrícola com os demais segmentos da economia. Com a expansão da produção industrial com base no modelo de substituição de importações, a agricultura passou a se integrar a esta dinâmica em que não se distingue mais o setor agrícola do industrial nos, como são conhecidos, complexos agroindustriais ou agronegócios. “A produção rural passou a se situar economicamente entre as indústrias produtoras de bens e insumos para a agricultura – a montante – e as indústrias processadoras e de serviço de base agrícola – a jusante.” (MONTROYA; GUILHOTO, 2001, p.180).

A Revolução Verde causou transformações importantes nos sistemas produtivos agrícolas determinando o uso de sementes melhoradas, de adubos químicos, de agrotóxicos e de maquinaria agrícola, transformações que, apesar das dificuldades estruturais, permitem afirmar que a agropecuária brasileira passou de fato por um processo de modernização. Contudo, conforme Peixoto (1998), tal maneira de compreender e de intervir no campo, se, de um lado, contribuiu para a emergência dos grandes complexos agroindustriais, de outro, manteve os acentuados níveis de pobreza que atingiam a maioria da população rural. Sendo assim, o processo de crescimento da agricultura criou novas realidades produtivas, mas não foi capaz de resolver as principais questões sociais, podendo-se afirmar inclusive que se acentuaram as disparidades. Por conseguinte, pode-se afirmar que os objetivos da política agrícola de modernização da agropecuária brasileira foram atendidos, porém somente de forma parcial.

Reforçando tal aspecto, Santos (2001) argumenta que, a partir da década de 1990, como consequência da crescente diminuição da influência do Estado com a intensificação do processo de abertura de comércio, as questões sociais tornaram-se complexas, pois várias dimensões passaram a ser questionadas. Dentre as dimensões sociais críticas, citam-se: a questão da exclusão social e da concentração fundiária; a relação do homem com a natureza, as transformações tecnológicas; as transformações da agricultura familiar e sua sustentabilidade; e a diversificação das alternativas de desenvolvimento para as sociedades contemporâneas, tanto no centro como na periferia do sistema global.

Nota-se que, com as transformações mundiais, a agricultura como um todo se modificou; entretanto, mais especificamente com relação à agricultura familiar, o contexto não é favorável, donde se percebe uma tendência de maior concentração de renda em virtude da utilização crescente de tecnologia, de insumos modernos na atividade agrícola e da concentração nos processos de agregação de valor. Surgiram novos parâmetros e subdivisões que mudaram o estilo de vida social, econômico, político e ambiental do pequeno produtor, com mudanças nos interesses voltados a terra, família e propriedade. Neste sentido, Conterato e Schneider (2004) comentam que estudar a agricultura familiar significa analisar e problematizar as estratégias de reprodução que esta adota ao longo de sua trajetória histórica. Da mesma forma, reforçam que, no Brasil, trabalhos como os de Abramovay (1992), Schneider (1999) e Anjos (1995) procuraram demonstrar que a agricultura familiar tem viabilizado a sua reprodução social e até mesmo vem se fortalecendo pela sua crescente, mas ainda incipiente mercantilização.

Destaca-se, a partir dessas exposições, que se faz premente a análise dos resultados da política agrícola adotada para os produtores familiares, em termos de sua inserção mercantil e competitividade. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado de maneira a combater a progressiva perda de espaço dos pequenos agricultores em termos da posse da terra e da representatividade diante do avanço da agricultura comercial é o foco.

O Pronaf, com objetivos diretos de fornecimento do crédito para a agricultura familiar, estaria associado com o objetivo de indução à modernização do meio rural, objetivos estes que se relacionam ao aumento da renda, à elevação da produção, à melhoria da produtividade, ao uso racional da terra, à proteção ao meio ambiente e, por conseguinte, à melhoria de vida e

à fixação do homem ao campo. O que se defende, portanto, é que tais objetivos seriam mais bem viabilizados dentro de um contexto em que as relações democráticas predominassem, como aclamadas pelo sociólogo Francês Alain Touraine (1996), com temas como: a representatividade dos interesses dos atores, a cidadania e a limitação do poder do Estado sobressaindo. Portanto, investigam-se as condições da participação, para se verificar as tão defendidas relações democráticas entre os atores visados pelo programa e o Estado, visto que a democracia, na abordagem de Touraine, está diretamente associada com a participação, um requisito especialmente quando se trata de um programa social.

Este artigo é estruturado de maneira a prover primeiramente uma breve introdução dos problemas enfrentados pela agricultura de modo geral perante as novas premissas da era modernizante e ressaltar os seus impactos para os pequenos produtores, especificamente aqueles que se enquadram no estrato social de agricultura familiar. Enfatiza-se num segundo momento a premência de políticas públicas que considerem diversos aspectos para a sustentação deste segmento, donde se perfaz uma discussão sobre a tecnologia e seus impactos nesta esfera de análise e se apresenta o objeto desta: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Passa-se a desenvolver um embasamento sobre esta política para posterior fundamentação a respeito da discussão que permeia o estudo, a democracia e a participação dos envolvidos, ou seja, os agricultores familiares do município de Marialva-PR. Posteriormente, apresenta-se a metodologia utilizada para o estudo e os resultados da pesquisa com base na investigação de campo, desenvolvendo-se uma consideração crítica da política Pronaf em relação ao referencial teórico utilizado. Por último, integram-se as conclusões, limitações do trabalho e as sugestões para pesquisas futuras.

2. Referencial Teórico

Ao destacar que a unidade familiar no meio rural seja talvez a instância socioeconômica e cultural que melhor manifesta, agrega e reage em razão dos elementos constituintes dos processos sociais da modernidade, Tedesco (2001) aponta a necessidade de relativizar as noções de atraso, determinismo e funcionalidade. São fatos que relevam este estrato produtivo e cultural não obstante um histórico de políticas que o tratavam indiscriminadamente em face da agricultura comercial. Segundo o Manual Operacional do Crédito Rural Pronaf (BANCO DO BRASIL, 2004, p.04), o agricultor familiar tem suas especificidades definidas a partir das condições estabelecidas abaixo:

- Explore a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional da Reforma Agrária
- Resida na propriedade ou em local próximo
- Detenham, sob qualquer forma, no máximo quatro módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor (ou seis módulos, no caso de atividade pecuária)
- No mínimo 80% da renda bruta familiar deve ser proveniente da exploração agropecuária ou não-agropecuária do estabelecimento – e/ou compatível com a exigida por cada grupo do Pronaf
- A base da exploração do estabelecimento deve ser o trabalho familiar.

Alguns dados que evidenciam a importância desse estrato social e produtivo relacionam-se com sua representatividade: mais de 84% dos imóveis rurais do País, cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos. Os agricultores familiares são responsáveis por aproximadamente 40% do valor bruto da produção agropecuária e parcela significativa dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, como feijão (70%); mandioca (84%); carne suína (58%); leite (54%); milho (49%); e aves e ovos (40%). Esse dado é representativo se

considerarmos que atualmente as propriedades de agricultura familiar, que representam 84% dos imóveis rurais, ocupam somente 20% da área agrícola do País. (GASQUES; CONCEIÇÃO, 2001).

Outro fato que denota esta importância está na proporção de empregos por hectare. Na agricultura comercial, em média, emprega-se 1 trabalhador por cada 100 hectares cultivados, enquanto na familiar a relação é de 10 hectares por trabalhador (AGRICULTURA..., 2006). São dados que destacam a eficiência das propriedades de agricultura familiar em termos de produtividade e por seu potencial de emprego, no entanto, com possibilidades de aumento. Mesmo dentro da categoria de produtores familiares existem diferenças que exigem uma atenção maior em relação a estes produtores, de modo a que a parcela menos favorecida seja inserida em meio a esses dados e números.

Com o objetivo de contemplar os aspectos mencionados e de combater o quadro histórico de políticas concentradoras da agricultura no País, foi instituído em 1995 o Pronaf, hoje conduzido pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Definido como uma estratégia de promoção do desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, o Pronaf visa integrar a porção mais pobre deste segmento à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe oportunidades de aumento de renda. Portanto, a sua atuação tem como foco viabilizar formas de agregação de valor ao produto e à propriedade por meio da profissionalização e da modernização do sistema produtivo de seu público-alvo, tendo como eixos básicos (SILVA, 1999, p.09):

- o financiamento da produção agrícola, por intermédio da concessão de financiamento pelos agentes financeiros (Pronaf – Crédito);
- a transferência de recursos orçamentários para o desenvolvimento rural de municípios selecionados (Pronaf – Infra-estrutura); e
- a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares (Pronaf – Capacitação).

Veiga (1995), portanto, irá ressaltar que o Pronaf, como um programa específico para a produção familiar, representa um avanço; e de fato denota uma mudança institucional no sistema de crédito com vistas a considerar essa fatia tão importante para o setor agrícola. Segundo Carvalho e Teixeira (2004), a agricultura familiar constitui-se como tal pela sua grande participação na produção de alimentos e matéria-prima e pelo seu dinamismo, auferindo grande produtividade da terra. Andrade da Silva (1999) destaca que a idéia-força que sustentou a criação do Pronaf na esfera governamental foi o reconhecimento da capacidade da agricultura familiar em absorver mão-de-obra, o que a transformou em opção privilegiada para combater parte dos problemas sociais urbanos provocados pelo desemprego rural.

2.1. Política, tecnologia e globalização

Para Blum (2001), os principais problemas de baixa tecnologia apresentados pelas propriedades familiares são as perdas nas colheitas e no armazenamento, erosão dos solos, uso inadequado de agrotóxicos, pouco uso de insumo e a monocultura. Em sua pesquisa, o autor demonstra a importância de se melhorar o nível tecnológico dos produtores rurais, reportando que a propriedade com melhor nível tecnológico, precisaria de menos área para ser viável. Portanto, conclui que uma política agrícola para a agricultura deveria atuar nestas duas frentes: melhorar o nível tecnológico e viabilizar o acesso dos agricultores à terra, aumentando suas áreas produtivas. Diante das desvantagens da agricultura familiar em relação à agricultura comercial, Souza Filho et al (2004) ressaltam que é possível reduzir os efeitos destas, principalmente as associadas à escala, por meio da introdução de tecnologias adequadas.

Com base em posições como essas, o MDA – que tem como área de competência a Reforma Agrária e o Pronaf – vem buscando, na sua missão, criar oportunidades para que se desenvolva o aspecto tecnológico nas pequenas propriedades (Agricultura Familiar, Emprego e o Lado Social do Biodiesel, 2006). Desse modo, destaca os benefícios da assistência técnica nas propriedades rurais em que, acompanhado de análise econômica, pode diagnosticar as propriedades e apresentar a forma de intervenção para melhorar os resultados técnico-econômico-financeiros. Nesse ponto se faz uma contenda sobre a tecnologia e seus impactos para a sociedade na contemporaneidade, focando-se no papel da política que permeia esta relação.

Há dois elementos fundamentais que devem ser levados em conta na análise da globalização, como em tudo o mais, em qualquer fase da história: o estado das técnicas e o estado da política. Com isso, Milton Santos (2000) abre a questão que permeia o estudo com relação à adoção de tecnologias pelas propriedades rurais familiares como forma de compensar as desvantagens do contexto histórico atual que perpassa o segmento. É desenvolvida uma breve análise sobre a relação do homem com a tecnologia em que se ressaltam aspectos distintos dessa relação na contemporaneidade.

Toda relação do homem com a natureza é portadora e produtora de técnicas que se foram enriquecendo, diversificando e avolumando com o passar do tempo. Elas, como exposto pelo geógrafo Milton Santos (2000), oferecem respostas à vontade de evolução dos homens e são, assim, as marcas de cada período da história, definidas pelas possibilidades que criam. As técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso. Nos últimos séculos, conhecemos os avanços dos sistemas técnicos, até que no século XVIII, surgiram as técnicas das máquinas, permitindo diminuir os esforços dos homens na produção, no transporte e nas comunicações alterando as relações entre países e entre sociedades e indivíduos.

Atualmente, percebemos o estabelecimento de uma característica deste sistema técnico dominante no mundo, a qual se reflete no meio rural, e o qual tem sido alvo de críticas: a de ser invasor. Este fundamento se traduz na ação dos atores hegemônicos, que, no caso das empresas globais, funcionam a partir de uma fragmentação, só sendo possível porque a técnica hegemônica é presente ou passível de presença em toda parte. Esta faceta denomina-se unicidade da técnica. O sistema de técnicas dominantes desse período é o primeiro a se impor desta forma na história da humanidade, fazendo-se sentir tão largamente disseminado. Essa conotação das técnicas, no entanto, poderia ser diferente – e esta é uma das principais argumentações de Santos (2000) – se seu uso político fosse outro. Neste ponto, toca-se em uma questão central concernente ao uso do sistema técnico contemporâneo a partir de formas de ação que seguem um discurso comprometido com a ideologia hegemônica.

Em relação à tecnologia, Rattner (1980) analisa que as definições de tecnologia correntes se referem claramente aos seus aspectos instrumentais, pelas quais uma determinada técnica ou ferramenta é usada para se atingir um fim prático. Entretanto, como postula o autor, se o conceito for ampliado, englobando a totalidade dos meios empregados por certo grupo ou sociedade em seus esforços de assegurar sua subsistência, mudanças em tecnologia tornam-se equivalentes a mudanças culturais. Assim, as conseqüências das mudanças tecnológicas podem afetar, além dos hábitos, costumes e comportamentos, a própria estrutura social e a distribuição do poder e da riqueza dentro da sociedade.

Tem-se que, quando o sistema político formado pelos governos e pelas empresas utiliza conjuntamente os sistemas técnicos contemporâneos e este imaginário que ludibria em favor de seus interesses e que sustenta todas as ações da globalização, criam-se as formas de relação econômica inabaláveis e inflexíveis, às quais resta aos atores a obediência imediata, seguindo a lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo. Esta

argumentação constitui-se na ênfase central de sua obra, em que o autor faz um chamado à reflexão a respeito desta ideologização maciça, reportando a realização do mundo ao exercício de fabulações. A ideologia faz com que tudo que seja relativo à globalização aparente ser irreversível e indispensável; o que se apresenta como preponderante a um contexto restrito passa a sê-lo de forma generalizada. Da mesma forma, atribui-se os benefícios da globalização de forma genérica ao mundo, enquanto estes, na verdade, seriam desfrutados por apenas uma minoria, à custa da desenfreada pauperização dos continentes e dos povos (SANTOS, 2000).

Ressalta-se o papel do Estado para conter essa invasão e manipulação a favor do mercado global, que progressivamente promove a exclusão e agrava as desigualdades. Porém, como retratado por Santos (2000), este se encontra subordinado aos interesses desse jogo de competição. A ideologia que serve de alicerce a esse totalitarismo embute a crença na indispensabilidade das empresas globais, em prol de cujos interesses o Estado vai agir, à custa das necessidades da população. Esta passividade se manifesta na retirada do poder público das responsabilidades concernentes às tarefas de proteção social.

Santos (2003) afirma, entretanto, que a globalização, vista como possibilidade para o futuro, passaria a empregar as técnicas de forma mais solidária, para derrubar o totalitarismo. Ele argumenta que, ao assumir a técnica em conjunto com a política e à medida que esta lhe atribua diferentes usos, as mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, diferentemente fundamentados social e politicamente. Destaca-se, assim, a importância do entendimento de nosso tempo para a construção do discurso da liberação genuína que constituiria a base intelectual da política que Santos (2003) propõe, apoiada na simplicidade e na veracidade de seus fundamentos e em soluções estruturais e duradouras, contrapondo-se as medidas imediatistas e provisoriamente eficazes.

2.2 Pronaf e Democracia

São inúmeros os programas que visam ao segmento de agricultura familiar, vários deles com relativa estabilidade, o que denota sua importância, considerando a potencialidade desse público em dinamizar a economia e assegurar maiores níveis de empregabilidade neste contexto. Reforçando o mencionado, no dia 31 de maio de 2006, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado aprovou o projeto de lei que institui a Política Nacional de Agricultura Familiar. Segundo o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel (MDA, 2006): “A aprovação do projeto é extremamente importante para transformar as ações de governo em políticas públicas permanentes, em ações de Estado [...]”.

O Pronaf completa em 2007 12 anos de criação e, conforme Marques (2004), representa a principal intervenção pública brasileira no apoio à agricultura familiar. A sua estratégia de ação baseia-se em dois pilares: apoio financeiro através do fornecimento de crédito para infra-estrutura e serviços e capacitação pela assistência técnica. Reforçando o mencionado, Teixeira e Valente (2004) comentam ainda que o programa é responsável pela promoção de negociações de políticas públicas com órgãos setoriais, pelo financiamento da produção da agricultura familiar e pela profissionalização dos agricultores familiares.

Estes objetivos são visados pelo Pronaf a partir de quando o custeio é solicitado para determinada situação. Com base nas características específicas da lavoura, é feita uma orientação e são exigidos alguns procedimentos com base em pesquisas já realizadas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), responsável pelos projetos de assistência técnica do Pronaf em quase todo o território nacional. As técnicas mais recomendadas, segundo entrevista realizada na entidade de Marialva-PR*, de maneira geral, são as relacionadas à tecnologia de plantio e de produção das culturas adequadas aos respectivos climas e regiões, correspondendo ao primeiro dos pontos gerais do tripé

trabalhado pelo Pronaf. Os outros dois pontos relacionam-se ao aumento da renda da família do agricultor e à criação de vínculo associativista.

A análise de solo faz-se uma exigência para basear a orientação das técnicas recomendadas, das variedades, dos tipos de adubo a serem utilizados, dos tratamentos contra pragas e doenças e, com relação aos tratamentos, a compra de sementes e de adubo. Os recursos são repassados do governo para as agências financiadoras, que exigem obrigatoriamente o acompanhamento periódico. Entre os outros documentos que os produtores terão que apresentar ao banco para terem acesso aos recursos do Pronaf, está a Declaração de Aptidão ao Programa (DAP), em que serão classificados nos grupos "A", "B", "C", "D" e "E" de acordo com a renda e a condição da mão-de-obra utilizada.

Na *homepage* do Programa encontram-se as outras linhas de crédito do PRONAF disponibilizados pelo Banco do Brasil, de onde se percebe que se trata de uma política estruturada e abrangente, na busca de contemplar as especificidades do estrato produtivo e sociocultural da agricultura familiar: Pronaf Agregar, Pronaf Florestal, Pronaf Alimentos, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem Rural, Pronaf Agroecologia, Pronaf Pesca; Pronaf Pecuária Familiar, Pronaf Turismo Rural e Pronaf Máquinas e Equipamentos. Essa descrição contempla a discussão dos aspectos do funcionamento da política que dizem respeito a sua atuação no meio rural.

O Pronaf foi criado de maneira a combater a progressiva perda de espaço dos pequenos agricultores em termos da posse da terra e da representatividade diante do avanço da agricultura comercial. Isso se deu, como foi visto, às políticas governamentais que por muito tempo favoreceram a produção agrícola de grande escala que se destinaria às transações comerciais. Sendo assim, de acordo com a pretensão do estudo de se verificar as relações democráticas as quais Touraine (1996) ressalta, faz-se uma discussão de modo a sublinhar os aspectos que sobressaem na defesa de seu argumento para com a democracia.

O autor traz à tona a reflexão sobre a degradação da democracia a uma concepção empobrecida, o que estaria fundamentando a indispensabilidade que ocorre em dias atuais, de se interrogar sobre o conteúdo social e cultural da democracia. Touraine (1996) faz um apelo a uma concepção consistente que defina a ação democrática pela libertação dos indivíduos e grupos, que submetidos a uma lógica de poder não passam de uma fonte de recursos. Destaca que esta concepção se faz premente como um meio de impedir o mascaramento de absolutismos e da intolerância como formas democráticas de alocar as pessoas. A ação democrática propõe-se a libertar os indivíduos e grupos das imposições que recaem sobre eles e, portanto, como defendido por Touraine, não se baseia numa simples noção procedural de liberdade.

Destacando a perspectiva que adota, Touraine (1996) argumenta que não pode haver democracia representativa se os atores sociais não forem capazes de dar sentido à sua ação, incorrendo-se no risco de reduzir os atores sociais ao estado de massa, não passando estes de um recurso político. Apenas existe democracia quando os problemas sociais são reconhecidos como a expressão de relações sociais que podem ser transformadas por uma intervenção voluntária de governos livremente eleitos. Assim, continuando esse pensamento e se referindo ao Estado Providência, retifica que:

O futuro da democracia depende menos da redistribuição do produto interno a ser garantida pelo Estado do que de nossa capacidade para nos comportarmos como atores de um novo tipo de sociedade, de escolhermos políticas que reduzam as desigualdades e de reanimarmos os debates políticos dando as políticas sociais um papel reformador (TOURAINÉ, 1996, p.148).

Como mostra o referido autor, podem-se conceber as ações de intervenção de administrações estatais, econômicas ou científicas deste Estado Providência como um meio de proteção do indivíduo e do grupo submetidos a relações de poder. Logo, essas medidas deveriam ser interpretadas como instrumentos de integração social e nacional.

Sendo assim, Blum (2001) estaria de acordo com tal pensamento ao expor que, para que qualquer política agrícola tenha sucesso, deverá plantar-se nos princípios educativo, programado, participativo, cooperado, democrático, sistêmico e sem distinção, de modo que a proteção dada pela política agrícola não seja apenas uma compensação às outras medidas, o que estaria prejudicando ou discriminando a agricultura. Tais princípios estão fortemente relacionados com a pressuposição de que o associativismo representa a condição *sine qua non* para a sobrevivência da sociedade agrícola. Para as áreas culturais e sociais, como educação, saúde, transporte, lazer, infra-estrutura e a defesa da categoria, o autor retifica que deve ser incentivada a formação de associações, conselhos comunitários e sindicatos. O fomento do associativismo, principalmente de cooperativas e condomínios rurais, é preconizado também para a resolução dos problemas técnicos e econômicos de falta de área de cultivo, de pouca agregação de valor nos produtos, comercialização ou escala de produção e do crédito dificultado.

As características fundamentais de uma sociedade democrática são apontadas como: a representatividade dos governantes; a existência de agentes políticos como instrumentos dos atores sociais; a cidadania que se refere a uma consciência de filiação; e o poder dos governantes limitado a partir do reconhecimento dos direitos fundamentais. Apoiando-se em Touraine (1996, p. 66), reitera-se que as condições prioritárias da representatividade são:

- i. Exigência de que exista uma forte agregação das demandas provenientes de indivíduos e setores diferentes da vida social. A existência de um conflito geral entre atores sociais constitui a base mais sólida da democracia. A eliminação das minorias para afirmar um povo reunificado condiziria a um regime autoritário.
- ii. Necessidade de que as categorias sociais sejam capazes de se organizarem de forma autônoma no próprio plano da vida social, donde se percebe a importância da vida política.

A democracia, em “O Que é a Democracia?” constitui-se em um conjunto de mediações entre os atores sociais e a unidade do Estado. Esta relação é fundamental, visto que proporciona pensar nas duas dimensões da democracia: o Estado e a sociedade civil. Essa relação se daria uma vez que os direitos fundamentais dos indivíduos precisam ser garantidos, ao mesmo tempo em que estes adquirem a cidadania para participarem da construção da vida coletiva, fazendo-se premente a representatividade dos dirigentes políticos ligando estas duas facetas e completando as três dimensões interdependentes da democracia.

3. Metodologia

Em sua obra, Touraine (1996) ressalta a importância da constituição de atores sociais capazes de conduzir uma ação econômica racional e, ao mesmo tempo, administrar as relações de poder. O autor enfatiza que estes são os únicos com possibilidade de resistir ao domínio do Estado autoritário, modernizador e nacionalista, porque constituem uma sociedade civil capaz de negociar com o estado, o que denota uma autonomia real à sociedade política. Assim, visou-se alcançar informações dos produtores rurais que obtêm financiamento do Pronaf quanto ao seu posicionamento como sujeito ou objeto da política. Em sua definição de sujeito, Touraine (1996) opta por basear-se em um esforço de integração de duas faces da ação social, em que o ator social, indivíduo ou grupo, combina razão instrumental, indispensável em um mundo de técnicas e permutas, e a memória ou imaginação criadora, sem as quais somente existiriam agentes reprodutores de uma ordem fechada sobre si mesma e, não, atores indispensáveis para produzirem a história.

Portanto, considerando a não-ocorrência de um processo democrático, como defendido por Touraine, pretende-se conhecer as razões pelas quais os produtores rurais não se percebem como capazes de exercer representatividade em um programa destinado a eles

próprios. Nessa linha de pensamento, o autor de “O Que é a Democracia” comenta: “Com efeito, a democracia só pode se enfraquecer se deixar de ser representativa e, por conseguinte, se os atores sociais forem incapazes de formular reivindicações e expectativas” (TOURAINE, 1996 p.153).

Sendo assim, realizou-se um estudo de caso que, conforme Yin (2001), é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas. Ainda, segundo o autor, a preferência pelo estudo de caso deve ser dada quando do estudo de eventos contemporâneos em situações em que os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas é possível fazer observações indiretas e entrevistas sistemáticas. O levantamento dos dados se deu por meio de pesquisas: documental, nos sites das entidades governamentais agrícolas; bibliográfica, com revisão dos artigos científicos dos principais eventos sobre o tema e de obras concernentes a modernização da agricultura; e de campo, com o contato direto com os produtores.

Para a coleta de dados primários, utilizou-se da entrevista não estruturada, de maneira a captar a percepção dos atores envolvidos em relação ao Pronaf. As entrevistas pessoais foram aplicadas ao órgão responsável pelos projetos de assistência técnica da cidade, dirigida a dois técnicos, e a um grupo de agricultores familiares da Comunidade do Iti, situada a aproximadamente 10 quilômetros do centro da cidade, indicados por um dos técnicos. Trata-se de um estudo de cunho qualitativo em que se efetuou a partir das transcrições e análise de conteúdo das entrevistas.

4. Análise dos Resultados

Em entrevista com o técnico agrícola da EMATER de Marialva-PR foram obtidas informações que reforçam o funcionamento segundo os critérios estabelecidos pelas diretrizes da política. Conforme o técnico agrícola, vindo a reforçar isso, a cidade de Marialva-PR caiu num sorteio realizado anualmente pelo governo federal, de onde se retira aleatoriamente 2% das cidades do País para receber uma devassa fiscal.

[...] eles vê tudo, prefeitura, câmara municipal, todas as entidades filantrópicas, e entrou a Emater também devido ao Pronaf, que é um dos objetos da fiscalização. E eles, o fiscal de Curitiba, vieram com uma listagem determinando a fiscalização. Isto gerou uma seriedade muito grande. A Emater já levava muito correto, e agora com esta fiscalização então... A fiscalização é feita pela Procuradoria Geral da União, quando a gente faz a coisa certa é tão bom quando fiscaliza.

Os profissionais da entidade demonstraram afinidade com os ideais do Pronaf, o que se pôde confirmar com aos produtores rurais que são assistidos por esta unidade do governo. Os nomes dos agricultores são mantidos em sigilo, sendo denominados como Produtores A, B, C, D, E, F e G. Estes se enquadram no grupo “D”, na classificação do Pronaf, de acordo com sua renda e condição de mão de obra utilizada no cultivo da uva fina de mesa.

Ressalta-se a satisfação com relação ao Pronaf por parte dos produtores de forma ampla. Um produtor “B”, que já não se utiliza do programa, quando perguntado sobre o que pensa diz: “Estou satisfeito. O Pronaf orientou no negócio da tela para telar os parreiral de uva. Eu parei de usar o financiamento porque vendi minha chácara. Se não tivesse vendido, tava usando até hoje.”

Contudo, diante do histórico de políticas que debilitaram a condição do produtor familiar, no início, quando foi instituído o programa, a Emater teve de insistir para que os produtores perdessem o receio e a desconfiança com relação aos empréstimos agrícolas, principalmente em decorrência de casos passados de políticas de financiamento com juros altos, fazendo com que os pequenos produtores tivessem de arcar com custos

elevadíssimos, chegando muitas vezes à perda das próprias propriedades. Com relação a isso, a agricultora “F” responde: “No início nós estávamos com medo de fazer porque era uma coisa assim... que a gente pensava que não conseguia fazer. Aí ela (engenheira agrônoma) insistiu: – você faz porque é muito bom!, aí entusiasmou a gente”.

O técnico agrícola, quando indagado sobre a satisfação dos produtores, enfatiza que esta se manifesta positiva de modo geral. Os agricultores confiam nos representantes do governo, podendo ser percebido quando estes ressaltam a Emater como a quem recorrem para resolver as suas reivindicações.

Quando tem algum problema, reclamação agente leva primeiro aos ouvidos da Emater. Depois agente procura à partir daí. Porque é ela que nos orienta. (Produtor “E”)

No entanto, os produtores comentam em relação aos problemas que percebem no tocante ao funcionamento do Pronaf. Assim disseram:

No financiamento antes tinha uma burocracia disgramada; hoje já deu uma melhorada nisso aí. Mas o problema é que o pessoal do banco quer vender os produtos do banco. E se o cara já está pedindo financiamento, é porque ele já está quebrado e chega lá o cara do banco quer vender um seguro, quer vender um não sei o que lá, isso é complicação, porque a pessoa não é obrigada a comprar produto de banco, o dinheiro disponibilizado é para ajudar a agricultura e não o banco. (Produtor “E”)

Verificou-se que a burocracia ainda representa um grande problema, visto que até as vertentes do Pronaf não são claras, sendo isto ressaltado pelos proprietários que continuam a tecer seus comentários:

O Pronaf para mim para melhorar tem que ter uma divisão: o cara grande devia ter que pagar o financiamento mais rápido e o cara mais fraquinho eles deviam dar um prazo mais comprido. (Produtor “G”)

O atendimento lá na Emater era muito ruim, não tratava a gente bem. Se bem que agora tá bom que entrou a S. (Engenheira agrônoma). (Produtor “F”)

Outra questão:

O negócio é sempre na Emater. O sindicato mesmo não ajudava não. Mais é a Emater que ajuda o pessoal. Dá assistência e ajuda tudo até hoje. Meu parreiral caiu já duas vezes e a Emater vai e vê o estrago que fez. Agora, a chuva de pedra acabou com nossa uva. (Produtor “D”)

No relato acima, foi mencionada uma questão importante, sobre a queda da produtividade ocasionada por fatores climáticos, que já havia sido comentada pelo técnico da Emater, como descrito abaixo:

Hoje, no nosso município aqui, 1/3 da população trabalha diretamente com a agricultura, o nosso município está passando por uma crise medonha, uma crise terrível de comércio e indústria, e a gente percebe que isto está ligado a quê? Ao preço baixo da soja, a queda de produtividade da uva. Então a influência agrícola no município é muito grande, é muito forte, e ela passa por aqui, pois nós somos a mão do governo do Estado, onde tudo vem por aqui, todos os programas passam pela Emater, todas as formas de desenvolvimento, os programas de desenvolvimento, sejam eles estadual ou federal (caso do Pronaf), o executor é aqui, Emater-Pr.

Outro assunto abordado nas entrevistas refere-se ao estímulo do vínculo associativista. Segundo as informações obtidas por entrevista em Marialva em meio aos técnicos da Emater, verificou-se alta ênfase no agrupamento e no associativismo para a emancipação e o desenvolvimento da cidadania.

Por que, hoje, o governo não tem mais condição de fornecer uma assistência técnica como era a extensão rural antigamente, em que a gente pegava na mão do produtor, “colocava a semente dentro do buraquinho”. Hoje não, os escritórios da Emater do Paraná são agentes de desenvolvimento mesmo. No momento que a gente está

conversando aqui, algum agente, algum líder, algum elemento da comunidade, tá agindo e causando alguma transformação lá mesmo, objeto de algum treinamento que ele recebeu aqui. (...) Não tem mais como o governo assumir todo esse desenvolvimento e ele carregar sozinho, mesmo porque, se não houver o envolvimento da comunidade, esse desenvolvimento morre por si só. Quando você cria o desenvolvimento, cria o agente, cria o líder, ele vai gerar fruto lá para frente. Aqui não é nem ensinar a pescar, é ensinar a pegar o bambu e fazer a vara.

Os dados apresentados revelam que havia quatro associações de produtores que se fundiram em uma só, responsável por toda a comercialização. Depois, em um período de 10 anos aproximadamente, foram montados pelo menos cinco associações formais e por volta de 20 informais, passando desde a feira do produtor até a associação de comunidades. Há também uma cooperativa de grãos no município, a Cooperativa Agropecuária e Industrial dos Cafeicultores de Mandaguari (COCARI), que é a maior da região, com três interpostos. A maior indústria da cooperativa está no município e participa de mais de 40% da renda municipal. Há também duas mais cooperativas de produtores de frutas. Quanto a isso, o técnico detém-se:

Então são três cooperativas numa cidade de 20 mil habitantes, acho que não deve ter isso por aí não. Pelo tamanho da cidade, a organização é muito forte, (...). A orientação em associativismo, cooperativismo, isso é dado [para os produtores] quase de forma natural, porque, durante todos os eventos, tudo que é mantido, tudo que é feito no município é feito através das associações e cooperativas. Aquela pessoa que tá fora vai ficando desinformado, perdido. Às vezes o cara vem reclamar que não está participando dos eventos etc., e nós vamos falar: – não meu amigo, nós convidamos a associação, a cooperativa, e você precisa participar, pra você não ficar cada vez mais abandonado e para facilitar o seu atendimento.

Advogando a favor da organização e participação dos produtores familiares em organizações sociais do tipo cooperativa e associação de produtores Souza Filho et al (2004) relata que estes têm impacto direto tanto sobre a capacidade de produção quanto sobre a eficiência do uso dos recursos. De um lado, a associação de interesses permite em muitos casos alcançar o patamar e a escala mínima exigida para viabilizar a adoção de determinadas opções produtivas e realizar certos investimentos; por outro lado, proporciona o uso eficiente desses recursos. Esse é um dado importante, em razão da peculiaridade das condições produtivas da população objeto da pesquisa. Sendo produtores de uva fina de mesa, cultura que requer tratamentos especiais e infra-estrutura específica, os agricultores estão mais vulneráveis em relação aos outros participantes da cadeia produtiva, porque incorrem em gastos elevados e no baixo poder de negociação devido a perecibilidade do produto.

Ressalta-se, como consequência de uma maior organização entre os membros da comunidade do Iti, a diminuição do comportamento oportunista: um fato prejudicial muito comum era a venda da uva ainda verde para se aproveitar dos preços altos no início do período da colheita e no final da entressafra. No entanto, isso levava a uma má reputação do produto da região. Desta forma, através da associação, também se contribuiu para aumentar o poder de atuação destes produtores dentro da cadeia produtiva.

Os produtores, por meio de seu representante, destacaram o problema do baixo preço da uva e as razões para tal fato, na época específica da entrevista:

Uma razão foi a produtividade e a outra por causa da venda por parte de alguns produtores, da uva *in natura* com um grau de brix que não era permitido, levando o preço para baixo. Mas como o pessoal reuniu, nós estamos participando de cinco grupos de assistência, por exemplo o Sebrae, o IDR e a própria Universidade de Maringá, então isso chegou até os ouvidos do Legislativo para tomar uma providência, mas, por causa desta movimentação e o pessoal ver que não dá para trabalhar deste jeito, então chegou até ao Poder Executivo, que conseguiu apreender algumas uvas que estivessem imaturas. [...] isto está repercutindo no sucesso da venda da uva este ano, mas por quê? Porque o prefeito colocou fiscal no barracão e este está em cima. E estão pegando

mesmo. Então, tem alguém sim, sempre que a gente precisa pode procurar uma entidade, por que se depender só da gente, é meio complicado. O negócio é nós produtor ter consciência, porque ninguém vai ao mercado para comprar uva verde pra gente chupar. (Produtor “E”)

Outro benefício alcançado através do associativismo é concernente ao perdão da dívida com o agente financeiro. Como os produtores não poderiam honrar suas dívidas por motivos de força maior, foi aberto um precedente em que a posição deles foi levada em conta. Esse precedente deu-se na forma da anistia das dívidas, o que representa uma ação indo ao encontro do conceito de democracia de Touraine (1996). Como ressaltado na definição de democracia desse autor, esta não é somente um conjunto de garantias institucionais, ou seja, uma liberdade negativa, mas é a luta de sujeitos, impregnados de sua cultura e liberdade, contra a lógica dominadora dos sistemas; ela é a política do sujeito. Portanto, o que a define não é somente um conjunto de garantias institucionais, mas antes de tudo o respeito pelos projetos individuais e coletivos, que combinam a afirmação de uma liberdade pessoal com o direito de identificação com uma coletividade social ou nacional. Neste sentido, a democracia, como defendida pelo autor, não se apóia somente nas leis, mas, sobretudo em uma cultura democrática. Neste ponto, ressaltam-se os comentários dos produtores e do técnico agrícola, em que se percebem em seus discursos traços que remetem ao pensamento democrático.

[O Pronaf] serviu né, quando nós precisou, entramos em dívida por causa de ter estragado o parreiral. Para pagar o empréstimo não tinha jeito e o governo teve de perdoar a dívida. Quando aconteceu o problema, o técnico da Emater veio aqui, aí nós mandamos uma carta para Curitiba etc. Caiu duas vezes e aí acabou com tudo, até a tela o cara comprou, mas eu nem sei pra que, porque acabou com tudo. Quando foi essa semana, ligaram pra nós pra ver isso junto ao governo. (Produtor “C”)

O técnico confirma: “Ontem nosso governador do Estado anistiou todas as dívidas do Pronaf inferiores a trinta mil reais. As acima de 30 mil vão ser renegociadas”. É citada a questão do perdão da dívida, e, se não tivessem no Pronaf, assistidos pela Emater, o problema climático teria inviabilizado a continuidade da produtividade.

5. Conclusões

Alguns autores, ao se referirem ao contexto desfavorável em que se encontram os pequenos produtores, colocam este como resultado da pouca oferta e baixa qualidade dos serviços e políticas públicas. Isso, segundo eles, gerou maior concentração fundiária e de renda, em virtude da utilização crescente de tecnologia ou de insumos modernos na atividade agrícola e da exclusão dos agricultores familiares dos processos de agregação de valor, encontrados nas agroindústrias. No entanto, há outros autores que incrementam tais explicações para esse processo de empobrecimento. Estes afirmam que se estaria favorecendo a aceitação, que remonta a vários anos, de uma realidade lamentável: os agricultores familiares, como receptáculos passivos de políticas, são construções sociais cujo alcance depende dos projetos em que se envolvem e das forças que são capazes de mobilizar para implementá-los.

Por conseguinte, propõe-se uma conciliação para essas propostas em que as políticas públicas seriam necessárias, porém não suficientes, para a geração de mudanças no contexto de suas realidades determinantes. São imprescindíveis, portanto, processos que levem a emancipação dos indivíduos, não deixando que estes se constituam em meros instrumentos de manobra. Neste estudo, a emancipação resultou das ações da política pública, representada pelo Pronaf.

Nas respostas dos produtores que recebem o financiamento do Pronaf, destaca-se, de acordo com os objetivos do programa, o estímulo ao vínculo associativista e a organização para defesa de seus interesses. A partir das entrevistas com os produtores, levantaram-se

aspectos que indicam melhora em termos do incremento das possibilidades e perspectivas futuras, bem como foram apresentados dados que contribuem na consideração de espaços participativos para a determinação de fatores que favorecem os atores envolvidos, ou seja, os agricultores familiares da Comunidade de Iti em Marialva-PR. Percebe-se que a potencialidade para influir em suas condições determinantes, o seu poder de articulação da realidade intrínseca, é determinada pela capacidade de organização e associativismo, pois, como destacado por Souza Filho (2004), a organização geralmente resulta em mais e melhor informação e amparo dos mecanismos coletivos de planejamento e gestão de atividades. Além disso, com um nível mais elevado de organização aumenta-se o poder de pressão dos produtores familiares junto ao governo e à sociedade, podendo, como consequência, influenciar positivamente na intervenção pública, na requisição de assistência técnica, no carreamento de recursos adicionais para os produtores e para a implantação de obras de infra-estrutura básica que modificam em profundidade as opções produtivas dos produtores.

Neste sentido analisou-se a participação dos agricultores familiares da cidade de Marialva-PR e conclui-se que, somente com o estímulo ao vínculo associativista proferido pelo Pronaf, conseguiu-se que os agricultores adquirissem a consciência de sujeito, capaz de atuar nas condições a seu favor, para que obtivessem a anistia da dívida que proporcionou a continuidade das atividades de seus negócios. O que se sugere, com base neste estudo preliminar, portanto, é que todo programa de financiamento agrícola para pequenos produtores deveria incluir em suas metas esforços para disseminar o vínculo associativista em meio às comunidades, desde que envolva um conceito democrático donde se ressalta o que é proposto por Touraine (1996), com vistas a que os indivíduos participem como sujeitos na construção das condições determinantes de sua realidade e, não, como instrumentos ou massa de manobra. Dessa forma, estar-se-ia alterando o uso político dos programas governamentais de financiamento agrícola fazendo com que as mudanças tecnológicas afetem, além dos hábitos, costumes e comportamentos, a estrutura social e a distribuição do poder dentro da sociedade, favorecendo o estrato dos pequenos produtores.

A limitação do estudo resume-se basicamente na indicação, pelo próprio órgão responsável pela assistência técnica do município, da comunidade em que seria realizada a investigação. Esta orientação pode revelar um viés favorável às medidas da Emater e do Pronaf, haja vista o possível grau de envolvimento entre os agricultores escolhidos e o órgão governamental.

As características específicas das propriedades do cultivo da uva fina de mesa levam a uma maior dependência, por parte destes produtores, ao financiamento do Pronaf e à assistência técnica devida à maior exigência de gastos em infra-estrutura, tratos e insumos próprios. Neste sentido, esta peculiaridade pode estar atuando em favor do funcionamento eficaz e do alcance dos objetivos do programa governamental, influenciando na possibilidade de generalização. Sendo assim, como sugestão para próximos estudos, recomenda-se que sejam verificadas as condições da participação, requisito para a democracia proposta pelo sociólogo francês Alain Touraine, em situações e culturas agrícolas diferentes, onde não se apresentariam circunstâncias tão grandes de vulnerabilidade para com os recursos oferecidos pela política e para com a variável associativismo.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: Stédile, J. P.(ed.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994. p. 94-103.

AGRICULTURA Familiar, Emprego e o Lado Social do Biodiesel. Acesso em: <<http://www.biodieselbr.com/biodiesel/social/aspectos-sociais.htm>>. Disponível em: 7 mar. 2006.

- ANDRADE da SILVA, R. E. **IPEA-PRONAF: Relatório Técnico das ações desenvolvidas no período 1995-98**. Brasília, 1999.
- BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001. p.57-107.
- BUAINAIN, A. M. **Trajetória recente da política agrícola brasileira**. Campinas, 1997. (Projeto UTF/FAO/036/BRA.).
- CARVALHO, F.C.; TEIXEIRA, E.C. **Política governamental aplicada ao agronegócio**. Apostila MBA gestão do agronegócio. Universidade Federal de Viçosa, 2004.
- CONFEDERAÇÃO da Agricultura e Pecuária do Brasil. Acesso em: < www.cna.org.br >. Disponível em: 7 dez. 2005.
- CASTRO, E.R.; TEIXEIRA, E.C. Brazilian Agricultural Credit Interest Rate Equalization Policy: a growth subsidy? In: EAAE – European Association of Agriculture Economics Congress. 11., 2005, Copenhagen. **Anais...** Universidade Federal de Viçosa, 2004.
- CHANLAT, J-F. **Sciences Sociales et Management: pladoyer pour une anthropologie générale**. Québec, Ca: Les Presses de l'Université Laval, 1998.
- CONTERATO, Marcelo A.; SCHNEIDER, Sérgio. **Estratégias de reprodução e mercantilização da agricultura familiar no alto Uruguai/ RS: Um estudo de caso no município de três Palmares**. In: XLIII SOBER, Cuiabá, 2004. CD ROM.
- GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R. da. **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p.479-537.
- IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.
- IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.
- MARQUES, Paulo E. M. **Concepções concorrentes em torno das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: uma releitura sobre a construção do PRONAF**. In: XLIII SOBER, Cuiabá, 2004. CD ROM.
- MINISTÉRIO da Agricultura, pecuária e abastecimento. Acesso em: < www.agricultura.gov.br >. Disponível em: 07 de dez., 2005.
- MINISTÉRIO do Desenvolvimento Agrário. Acesso em: <<http://www.mda.gov.br/index.php?sccid=134&ctuid=9371>> . Disponível em: 02 de jun. 2006.
- MOLINA FILHO, J. & BURKE, T. J.** Fundamentos Teóricos e Instrumentos para a Assistência técnica à agricultura. **Piracicaba: Esalq, 1979**.
- MONTOYA, M. A e GUILHOTO, J. J. M. Mudança estrutural no agronegócio brasileiro e suas implicações na agricultura familiar. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001. p.7-11.
- OLIVEIRA, M.A.S e TEIXEIRA, E. C.** Política de estabilização de renda para a agricultura familiar: uma análise de risco. In: XLIII SOBER, Cuiabá, 2004. CD ROM.
- PAIVA, R. Miller.** O comportamento do setor agrícola no desenvolvimento econômico brasileiro: uma apreciação crítica. **Campinas, Curso de formação de instrutores em Administração Rural/ CATI, mimeog., 1976**.

PEIXOTO, Sérgio E. A pequena produção agrícola: algumas questões atuais. Revista Bahia Agrícola. v.2, n.3, novembro de 1998.

PROGRAMA Nacional da Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Acesso em: <www.pronaf.gov.br>. Disponível em: 27 de agosto de 2005.

RATTNER, H. **Tecnologia e Sociedade:** uma proposta para os países subdesenvolvidos. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ROCHA, Ana Georgina P.; CERQUEIRA, Patrícia da S. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas:** o Caso do Pronaf. In: Enanpad, Atibaia, 2003. CD ROM.

SANTOS, J. V. Tavares dos. A sociologia dos processos sociais agrários na perspectiva do século XXI: realidade e utopia. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo: UPF, 2001. p.7-11.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2000.

SILVA, J. Graziano da. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SOUZA FILHO, Hildo M.; BUAINAIN, A. M.; GUANZIROLI, C.; BATALHA, M. O. Agricultura familiar e tecnologia no Brasil: **características, desafios e obstáculos.** In: XLIII SOBER, Cuiabá, 2004. CD ROM.

SOUZA, P. M. de; LIMA, J. E. de. Intensidade e Dinâmica da Modernização Agrícola no Brasil e nas Unidades da Federação. **Revista Brasileira de Economia**, vol. 57, no. 4, 2003.

TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 2001.

TEIXEIRA, E.C. e VALENTE, M.L.C. **A Concentração do PRONAF crédito e infraestrutura por Estado e por Grupo de Produtores Beneficiados.** Relatório de Iniciação científica, Universidade Federal de Viçosa. 2004.

TORAINE, Alain. **O que é a democracia?** Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

VEIGA, Jose Eli. **Delimitando a agricultura familiar .** São Paulo: USP/FEA, 1995.

WESZ Jr., Valdemar J.; TRENTIN, Iran C. L. **Desenvolvimento e agroindústria familiar.** In: XLIII SOBER, Cuiabá, 2004. CD ROM.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Notas:

† In memorian

* Entrevista realizada no dia 29 de setembro de 2005 na EMATER de Marialva-PR.